

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
ORÇAMENTO EXERCÍCIO DE 2023**

**DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO E SUAS
FINALIDADES**

**DESCRIÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO E SUAS
FINALIDADES**

a) Gabinete do Prefeito

O Gabinete do Prefeito, integrado pelos órgãos de assessoramento imediato e de consulta, tem por finalidade básica assistir ao Chefe do Poder Executivo em suas relações com os munícipes, entidades de classe e órgãos da administração.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005
Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006
Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009
Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

b) Gabinete do Vice-Prefeito

Ao Gabinete do Vice-Prefeito compete assistir ao seu titular no desempenho de suas atribuições e nas missões especiais e protocolares que lhe forem confiadas, estando a ele vinculada as Chefia de Gabinete do Vice-Prefeito, a quem compete: a) assistir direta e imediatamente ao Vice-Prefeito nos serviços de secretaria particular; e oferecer toda assistência direta e indireta na coordenação de audiências, comunicações e participação do Vice-Prefeito em eventos e cerimônias.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005
Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006
Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009
Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

c) Secretaria da Administração e Finanças

A Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento é o órgão central dos Sistemas Administrativo, de Gestão de Recursos Humanos, de Gestão de Materiais e Serviços, de Gestão Patrimonial, de Gestão Documental, de Administração Financeira e Orçamentária e de Planejamento e Controle no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, compreendendo: - assessorar as Secretarias Municipais no desempenho de suas competências organizacionais; - supervisionar a execução orçamentária das unidades gestoras; - supervisionar a gestão dos sistemas de planejamento e controle; - coordenar as ações da administração tributária; - controlar os procedimentos licitatórios e contratos administrativos; - coordenar a expedição e publicação dos atos administrativos; - supervisionar a aplicação do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal e do Código de Obras e Parcelamento do Solo Urbano de modo a coordenar o ordenamento do solo e as diretrizes urbanísticas do Município; - coordenar a aplicação do Código de Posturas Municipais; e administrar os Encargos Gerais do Município.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005

Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006
Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009
Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

d) Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

À Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente, como órgão central da gestão do desenvolvimento rural e meio ambiente e formuladora das políticas públicas de fomento à atividade econômica objetivando o desenvolvimento da indústria, comércio, turismo e serviços, compete:- formular e coordenar as políticas de desenvolvimento rural e meio ambiente e acompanhar e avaliar a sua execução; - planejar e elaborar programas e ações voltadas ao desenvolvimento agropecuário e florestal; - planejar e elaborar programas e eventos de apoio ao agronegócio, à biotecnologia e à segurança alimentar; - formular a política de apoio ao abastecimento, armazenamento e à logística de comercialização de produtos agropecuários; - elaborar programas, projetos e ações referentes à política agrícola; - planejar e avaliar as políticas e ações de apoio à comercialização da produção animal e vegetal, seus produtos e subprodutos; - apoiar o associativismo e o cooperativismo; - incentivar a capacitação do produtor rural através de cursos e treinamentos; - colaborar com a União e o Estado na execução de programas, projetos e ações de política agrária, crédito e desenvolvimento rural; - formular políticas de desenvolvimento, geração de trabalho e renda; - promover a capacitação tecnológica e gerencial buscando a formação de empreendedores; - promover a capacitação da mão-de-obra e requalificação profissional; - instrumentalizar ações de apoio a sustentabilidade, atraindo e estimulando novos empreendimentos; - fomentar políticas de apoio ao investidor de modo a atrair empreendimentos; - estimular as parcerias público-privadas; e realizar eventos na área da indústria, comércio, turismo e serviços.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005
Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006
Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009
Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

e) Secretaria da Saúde

À Secretaria da Saúde, como órgão gestor do sistema de saúde pública e das políticas sociais no âmbito do Município em observância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), compete: definir estratégias de ação e exercer o controle da política de saúde, conduzindo-a em torno das suas macro-funções de planejamento, regulação, acompanhamento, avaliação e auditoria; coordenar o desenvolvimento dos instrumentos político-gerenciais do Sistema Único de Saúde (SUS); controlar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de controle, avaliação e auditoria quanto a objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimentos; criar mecanismos de participação social como meio de aproximar as políticas de saúde dos interesses e necessidades da população;

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005
Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006
Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009
Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

f) Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

À Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, como órgão gestor das políticas educacionais, culturais e desportivas, compete: - formular, coordenar, controlar e avaliar a execução das políticas educacionais da educação básica;- normatizar, supervisionar, orientar, controlar e formular políticas

de gestão de pessoal do magistério público municipal articuladamente com o órgão central do Sistema de Gestão de Recursos Humanos; - promover a formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos para garantir a unidade da proposta curricular articuladamente com o órgão central do Sistema de Gestão de Recursos Humanos; - administrar os estabelecimentos de ensino e unidades educacionais pertencentes a rede pública municipal de ensino; - estabelecer políticas e diretrizes para a expansão de novas estruturas físicas, reformas e manutenção das escolas da rede pública municipal; - firmar acordos de cooperação e convênios com a União e o Estado e com instituições regionais e estaduais para o desenvolvimento de projetos e programas educacionais; - formular e executar as políticas culturais; e difundir e executar programas recreativos e desportivos.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005

Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006

Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009

Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

g) Secretaria de Infra-Estrutura

À Secretaria de Infra-Estrutura compete desenvolver as atividades relacionadas ao planejamento, formulação de políticas e coordenação de ações, projetos e programas referentes à infra-estrutura urbana e rural, compreendendo: - planejar e executar projetos e programas referentes ao sistema de mobilidade rodoviária mediante operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias e instalações correlatas; - coordenar as ações relativas ao melhoramento da infra-estrutura urbana e rural; - planejar, executar, fiscalizar, auditar e controlar o serviço público do sistema de transporte coletivo rodoviário municipal de passageiros; - planejar, executar e controlar o sistema de trânsito; e fiscalizar a manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005

Lei Complementar nº 096, de 28 de agosto de 2006

Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009

Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

h) Fundo Municipal de saúde

O Fundo Municipal de Saúde órgão da administração descentralizada tem por finalidade criar condições financeiros e de saúde executadas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compete: o atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizada e hierarquizada; a vigilância sanitária; a vigilância epidemiológica e ações da saúde de interesse individual e coletivo correspondente; o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

Legislação:

Federal: Constituição Federal

Lei Orgânica da Saúde nº. 8080, de 19 de Setembro de 1990 e suas alterações.

Municipal:

Lei nº 1.618, de 27 de março de 1992.

Lei nº 1.776, de 14 de outubro de 1993

Lei nº 1.619, de 27 de março de 1992

Lei nº 2.810, de 07 de maio de 2008

Lei Orgânica Municipal

i) Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente é órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as diretrizes constantes no Plano de Aplicação e as deliberações definidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado, para atendimento: políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização, segurança, habitação e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para àqueles que dela necessitem; serviços especiais, nos termos da Lei Federal.

Legislação:

Federal: Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 e suas alterações

Municipal: Lei nº 2.427, de 20 de dezembro de 2002.

Lei Orgânica Municipal

j) Fundo Municipal de Assistência Social

O Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, tem por finalidade agir como mecanismo captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social, para o atendimento das políticas nacionais, estaduais e municipais de assistência social, realizadas através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas da população.

Legislação:

Federal: LOAS – Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; Leis nºs 9.720/1998; 12.435/2011; Lei 12.470/2011.

Municipal: Lei Orgânica Municipal.

Lei Complementar nº 187, de 11 de novembro de 2015

k) Fundação Municipal de Esportes

Entidade pública, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, tem por finalidade a política de esportes do município, formulada pela secretaria municipal de Educação, cultura e esportes, cabendo-lhe em especial:

O desenvolvimento do esporte amador de Capinzal; promover a execução de uma política Municipal de Esportes; orientar e promover a interiorização dos esportes, através das instalações desportivas; implantação de programas de assistência e apoio ao desenvolvimento das atividades desportivas, ampliando e melhorando as instalações desportivas do Município; promover, orientar, prestigiar e incentivar o desenvolvimento de programas esportivos, a realização de jogos, competições desportivas de caráter estudantil, classistas e de associações; instituir programas de aperfeiçoamento e difusão de práticas desportivas, bem assim estabelecer essas atividades com entidades públicas, privadas e classistas; celebrar convênios, acordos, termos de compromisso ou protocolos com pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiros, com o objetivo de promover o esporte amador e a consecução de seus objetivos, respeitada a legislação pertinente; adotar medidas destinadas à captação dos recursos humanos necessários e indispensáveis ao desenvolvimento e divulgação das atividades desportivas; privilegiar a execução de política de recuperação esportiva em favor de categorias inferiores, visando a formação de novos valores; desempenhar atividades de pesquisa, planejamento, coordenação, controle, avaliação e divulgação de métodos e técnicas necessárias à evolução e expansão das práticas desportivas do Município; fomentar as práticas desportivas formais e não formais como um direito consagrado de todos; incentivar as competições desportivas locais e regionais; promover o desenvolvimento de práticas esportivas para pessoas portadoras de deficiências; estudar, projetar e executar com recursos próprios ou transferidos, a construção, ampliação ou reforma de prédios ou instalações destinadas

ao desenvolvimento de atividades desportivas no Município; explorar, direta ou através de arrendamento, os campos, quadras esportivas e as dependências dos bens de sua propriedade, destinados à prática de esportes, observada a finalidade e a legislação em vigor; cooperar com órgãos e instituições públicas que atuem no setor, compatibilizando as ações dos Agentes Municipais, respeitada a competência respectiva; exercer todas e quaisquer das atividades relacionadas com o esporte e a educação física, desde que compatíveis com as finalidades da FMEC.

Legislação:

Municipal: Lei nº 1.816, de 21 de abril de 1989

Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004

Lei Orgânica Municipal.

l) Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE

O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, autarquia intermunicipal, de direito público, com personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Capinzal, tem por finalidade a operação, manutenção e modernização dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários dos municípios de Capinzal e Ouro.

Legislação:

Município de Capinzal:

Lei nº 654, de 26 de abril de 1972

Lei nº 689, de 11 de julho de 1973

Lei nº 735, de 26 de setembro de 1974

Lei nº 1.604, de 16 de dezembro de 1991

Lei nº 2.022, de 09 de maio de 1997

Lei nº 2.050, de 03 de novembro de 1997

Lei nº 2.058, de 05 de novembro de 1997

Decreto nº 016, de 13 de março de 1988

Decreto nº 120, de 09 de dezembro de 1988

Decreto nº 016, 09 de maio de 1997

Decreto nº 026, de 16 de maio de 2006

Município de Ouro:

Lei nº 179, de 15 de junho de 1972

Lei nº 970, de 11 de dezembro de 1991

Lei nº 1.378, de 23 de maio de 1996

Lei nº 1.460, de 14 de outubro de 1997

m) Secretaria de Planejamento

A Secretaria de Planejamento é o órgão central dos Sistemas de Planejamento e Controle no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, e lhe compete: supervisionar a gestão dos sistemas de planejamento e controle; coordenar o processo de elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais; acompanhar e controlar a execução dos programas, planos, diretrizes, objetivos, ações e metas de governo; coordenar a elaboração e acompanhamento da tramitação de projetos visando à captação de recursos para o desenvolvimento de ações institucionais dos órgãos e entidades da Administração Municipal; produzir informações gerenciais para orientar o Poder Executivo na tomada de decisões; atuar no sistema de Organização e Métodos visando aprimorar a qualidade do atendimento público; e avaliar o desempenho organizacional, estando a ela vinculada a Assessoria de Planejamento e Projetos, responsável pela elaboração de projetos visando à captação de recursos e pelo assessoramento à Secretaria da Administração e Finanças nas ações relativas ao Plano Diretor, Código de Obras e Parcelamento do Solo.

Legislação:

Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009

n) Secretaria de Desenvolvimento Econômico

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, como órgão central da gestão do desenvolvimento econômico, formuladora das políticas públicas de fomento à atividade produtiva tem por objetivo o desenvolvimento da indústria, comércio, turismo e serviços, e lhe compete: formular, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das políticas de desenvolvimento voltadas à geração de trabalho e renda; promover a capacitação tecnológica e gerencial buscando a formação de empreendedores; promover a capacitação da mão-de-obra e a requalificação profissional; estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico-profissionalizante objetivando o aperfeiçoamento profissional; instrumentalizar ações de apoio a sustentabilidade, atraindo e estimulando novos empreendimentos; fomentar políticas de apoio ao investidor de modo a atrair empreendimentos; incentivar a capacitação de empreendedores através de cursos e treinamentos; organizar missões técnicas com o objetivo de gerar conhecimento e oportunidades; apoiar o associativismo e o cooperativismo; estimular as parcerias público-privadas; e realizar e apoiar eventos na área da indústria, comércio, turismo e serviços.

Legislação:

Lei complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009

o) Fundo Municipal de Habitação

O Fundo Municipal de Habitação (FMH), cujos recursos serão utilizados de forma exclusiva e obrigatória nos termos da Lei Complementar 117/2008, e seu regulamento ficará vinculado à Secretaria de Infra-Estrutura, devendo possuir dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) e terá como objetivos: executar as metas e prioridades dos investimentos públicos na área habitacional definidas pelo Conselho Municipal de Habitação; garantir acesso à moradia com condições de habitabilidade priorizando as famílias economicamente vulneráveis, conforme os critérios estabelecidos pela Lei federal nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); e incentivar a participação popular na discussão, formulação e acompanhamento dos serviços habitacionais e estruturas econômico-financeiras do setor.

Legislação:

Lei Complementar nº 117, de 20 de agosto de 2008

p) Fundo Municipal do Meio Ambiente

O Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, tem a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente. O FMMA contemplará as atividades priorizadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) com a aplicação de recursos financeiros do FMMA em planos, programas ou projetos relativos a: educação ambiental; controle e monitoramento ambiental; recuperação ambiental; proteção dos recursos hídricos; conservação da biodiversidade; desenvolvimento florestal, tecnológico e institucional; desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais e econômicos; aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas; desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de meio ambiente; criação, conservação e recuperação dos espaços públicos, de áreas naturais, parques ecológicos e unidades de conservação; programas, projetos, pesquisas, promoções, eventos e concursos que visem fomentar e estimular a defesa e conservação do meio ambiente; e contratação

de assessorias e/ou consultorias técnicas visando a elaboração de projetos e emissão de pareceres sobre temas específicos de relevante interesse ambiental.

Legislação: Lei nº 2.863, de 22 de julho de 2009.

q) Secretaria de Assistência Social

À Secretaria de Assistência Social, como órgão gestor da política de assistência social no âmbito do Município em observância aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compete: elaborar o diagnóstico socioterritorial e o Plano Municipal de Assistência Social e submetê-lo a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; coordenar, articular e executar ações no campo da Assistência Social; elaborar e encaminhar ao CMAS proposta orçamentária da Assistência Social do Município; promover recursos, no limite da Lei Orçamentária, para o pagamento dos benefícios eventuais definidos nesta Lei; propor os critérios de transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social; encaminhar à apreciação do CMAS relatórios mensais e anuais de atividades e de realização financeira dos recursos; prestar assessoramento técnico às entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social; buscar apoio nos governos estadual e federal para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos para a atuação na Política de Assistência Social; desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de necessidades e formulação de proposições para a área; expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social; elaborar e submeter ao CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FMAS; coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009; viabilizar as condições físicas, financeiras, de equipamentos, bem como de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social a fim de garantir condições adequadas para que este possa desenvolver suas atribuições previstas em lei; e criar o Sistema de Informações Sociais.

Legislação: Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005

Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015

r) Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de políticas, planos, ações, programas, projetos e atividades destinadas exclusivamente à pessoa idosa no âmbito do Município de Capinzal, por meio de um plano de aplicação de recursos.

Lei Complementar nº 098, de 29 de novembro de 2006

Lei Complementar nº 240, De 16 De Abril De 2021.

Fonte: LOA Secretaria de Planejamento.